

SOCIEDADE

Não há empatia nos currículos portugueses

Projecto europeu para alunos entre os cinco e os 15 anos aposta no ensino da argumentação para uma melhor compreensão do mundo e de pontos de vista diferentes. Em Portugal está garantida a participação de 500 jovens

Educação
Clara Viana

Não é um estado de alma, nem tão pouco um sentimento. Será até uma capacidade que alguns têm e outros não, mas que todos poderão aprender de modo a conseguirem identificar-se com outras pessoas e até colocarem-se no seu lugar.

A esta capacidade chama-se empatia e é um dos pilares de um novo projecto europeu destinado a alunos entre os cinco e os 15 anos que visa promover nas salas de aula “o ensino do diálogo e da argumentação como um meio de entender as identidades, as culturas e as diversidades europeias”. A este projecto, que se iniciou em Maio passado e tem uma duração de três anos, foi dado o nome de Diálogo e Argumentação para a Aprendizagem da Literacia Cultural nas Escolas (Dialls na sigla em inglês).

É um dos projectos vencedores do programa de investigação e inovação da União Europeia Horizonte 2020, tendo-lhe sido garantido um financiamento de 4,4 milhões de euros. A Portugal, que é um dos nove países participantes, estão atribuídos 480 mil euros.

Por ser um dos países envolvidos, os investigadores que lideram este projecto passaram a pente fino os documentos oficiais que norteiam a educação, da Lei de Bases do Sistema Educativo à nova Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, que começou a ser aplicada em todas as escolas neste ano lectivo.

Primeira conclusão: em nenhum dos documentos analisados existe qualquer menção à capacidade de empatia. O mesmo acontece com o termo multiculturalismo. É o conceito de tolerância, que em conjunto com a empatia e a inclusão é outro dos pilares do novo projecto, a aparecer apenas duas vezes.

Em respostas ao PÚBLICO, o Ministério da Educação (ME) reconhece que se “justifica a inclusão destes domínios nos instrumentos curriculares, porque existe a convicção,

suportada por evidência, de que esta integração tem um impacto positivo no sucesso escolar”. Quanto à ausência ou à sub-representação de alguns destes conceitos nas orientações oficiais para as escolas e para os alunos, o ME desvaloriza a. Refere que, “embora os termos não sejam os mesmos, pode encontrar-se referência às questões que suscitam” nos novos referenciais em vigor.

A este respeito o ME especifica o seguinte: “A interculturalidade é um tema obrigatório na área curricular de cidadania e desenvolvimento, com referenciais próprios; o relacionamento interpessoal é uma das áreas de competência previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, mobilizando atitudes de cooperação, solidariedade e empatia; o programa de Apoio Tutorial Específico (destinado a alunos com um historial de insucesso) tem como principal foco o desenvolvimento de competências sociais e emocionais.”

Participação nacional

Ao contrário do que acontece com a empatia ou a tolerância, o conceito de cidadania bate recordes pela sua presença: conta com 110 referências nos documentos oficiais. Mas isto deve-se à entrada em vigor da nova Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, já que nos outros documentos analisados este conceito tem uma expressão menor, adianta a equipa do Dialls.

Esta equipa, constituída por investigadores de nove universidades (oito europeias e uma israelita), seleccionou 11 conceitos que deveriam funcionar como uma espécie de tronco comum para garantir o desenvolvimento de “competências interculturais” entre os alunos e assim fomentar “a compreensão mútua”. Dos nove países analisados, só a Finlândia tem todos estes conceitos nos seus normativos para a educação.

Esta análise está incluída nas actividades calendarizadas para o primeiro ano do Dialls que se encontra ainda em curso.

Desta primeira fase faz também parte a escolha dos materiais que serão utilizados, a partir do próximo ano lectivo, em 300 turmas entre nove países participantes, divididas entre o pré-escolar (5-6 anos), o 3.º ano de escolaridade (8-9 anos) e o 3.º ciclo (14-15 anos).

Em Portugal o projecto será conduzido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, estando já garantida a participação de 20 turmas (cerca de 500 alunos) de dez escolas da região de Lisboa, adianta a investigadora da FCSH que coordena esta acção, Chrysi Rapanta.

Em 2019/2020, professores destas dez escolas, a quem entretanto foi dada formação, irão garantir um mínimo de 15 aulas “baseadas no diálogo e argumentação”, tendo sempre como ponto de partida os programas em vigor. Assim, os temas a trabalhar são os que estão previstos no currículo, mas com uma abordagem diferente que privilegiará a aprendizagem pelos alunos da capacidade de argumentar que, seja por falta de tempo ou de vontade, não costuma ser acentuada nas escolas.

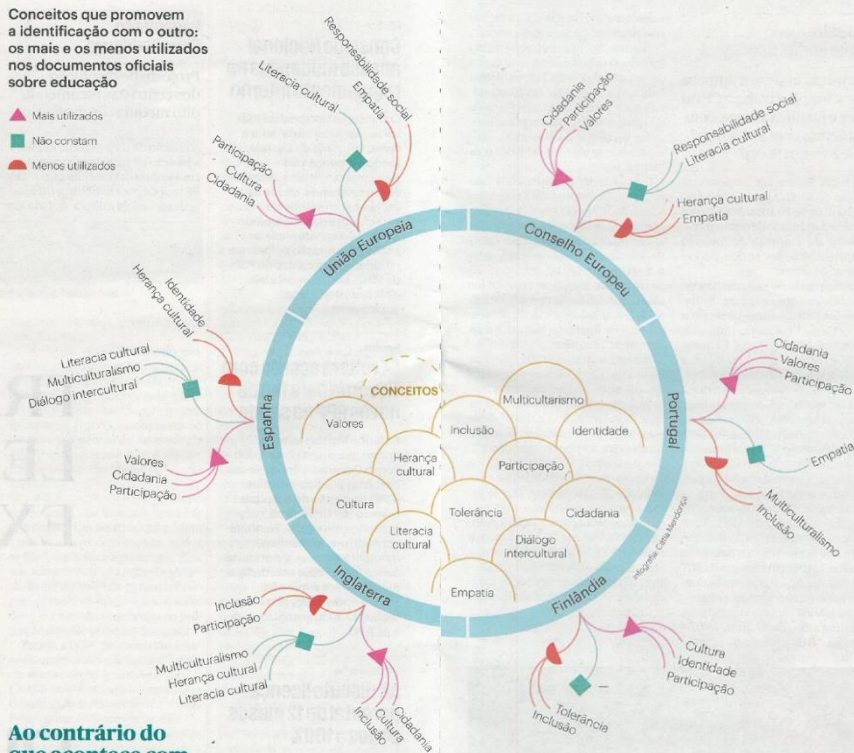
“Uma forma de ser”

Espera-se que ao saberem expor as suas ideias e as razões que as fundamentam ganhem uma “ferramenta essencial” para compreenderem melhor o mundo e pontos de vista que são diferentes dos seus. Um projecto-piloto com o mesmo objectivo foi já desenvolvido neste ano lectivo em três escolas de Lisboa com resultados animadores, refere Chrysi Rapanta (ver texto nestas páginas).

Para que não subsistam dúvidas sobre a natureza do projecto, a professora da Universidade de Cambridge Fiona Maine, que é a coordenadora internacional do Dialls, já pôs as cartas na mesa: “Não se trata de encontrar respostas – não estamos a tentar que as pessoas concordem entre si, nem sequer que procurem chegar a um acordo. Este projecto é

Conceitos que promovem a identificação com o outro: os mais e os menos utilizados nos documentos oficiais sobre educação

- ▲ Mais utilizados
- Não constam
- Menos utilizados



Ao contrário do que acontece com a empatia ou a tolerância, o conceito de cidadania bate recordes nos documentos oficiais: conta com 110 referências

sobre ouvir e aprender. É sobre uma forma de ser.” É o que os alunos envolvidos irão experimentar primeiro nas suas salas de aula, depois com actividades entre turmas de diferentes escolas e, por fim, com outras de diferentes países. Para a realização destas actividades foram já escolhidos filmes e pequenos filmes de animação que têm em comum o facto de

Fonte: Dialls (Dialogue and Argumentation for Cultural Literacy Learning in Schools)

não terem palavras. Razão? “Não tendo palavras, sem necessidade de tradução, são um estímulo ideal para o diálogo intercultural”, responde Fiona Maine.

Pelo caminho, os promotores do Dialls esperam que a capacidade de argumentar se torne uma competência valorizada pelo ensino. E que o próprio conceito de literacia cultural, contido na designação do projec-

to, sofra uma expansão. E que em vez de se referir apenas ao conhecimento da cultura em que se está inserido (literatura, arte, referências históricas, costumes, idiossincrasias, símbolos, etc.), passe também a incluir “as muitas interpretações que existem” sobre tudo isto, resume Fiona Maine.

cviana@publico.pt

Argumentar é também estar “a construir o conhecimento”

Clara Viana

Será que Portugal deve receber mais refugiados? Por um lado, sim, por que assim iremos ajudar vários homens, mulheres, crianças e famílias em geral. Por outro lado, não, porque estaremos a arriscar muito e assim podíamos prejudicar o nosso país e os seus cidadãos.”

Esta foi a resposta que uma aluna do 7.º ano (12 anos) da Escola Secundária Pedro Nunes, em Lisboa, começou por apresentar à questão sobre refugiados que foi proposta à sua turma em Outubro passado. Dois meses depois, a resposta da mesma aluna já não ocupava apenas oito linhas mas sim 24. Ali explicava, entre outros aspectos, que o que poderá ser mau é o aumento da taxa de desemprego, “tendo em conta que 50% dos refugiados trabalham” e podem, por isso, “ocupar cargos que podiam ser ocupados por portugueses”. Isso não a impede de ter uma opinião favorável à vinda de mais refugiados.

No início apresentou-a assim: “Na minha opinião deveríamos acolher os refugiados para pudermos mudar vidas.” No teste final esta defesa ganha novos fundamentos: “No fundo, os refugiados são pessoas tal como nós, e têm os mesmos direitos que nós; todos temos o direito à vida, à educação, a uma casa; devemos ajudá-los, tendo em conta que a vida deles está em guerra, não tendo segurança no país natal (...).”

Este é um de vários exemplos recolhidos no âmbito de uma espécie de projecto-piloto que visa “a aplicação nas salas de aula de uma pedagogia baseada na argumentação”, explica a investigadora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa Chrysi Rapanta, que coordenou a experiência.

Estiveram envolvidas oito turmas do 3.º ciclo das escolas secundárias Pedro Nunes, Rainha Da Amélia e António Arroio, todas em Lisboa. Em metade das turmas o tema proposto foi trabalhado fomentando o debate entre os estudantes; na outra metade

seguiu-se o método tradicional (mais expositivo).

Os resultados confirmaram que houve uma evolução “significativa” nas respostas finais apresentadas pelas turmas em que se privilegiou a técnica da argumentação em comparação com o seu desempenho num teste prévio à abordagem do tema. Já nas turmas em que este método não foi seguido não se registaram melhorias, aponta a investigadora da FCSH com base nos dados recolhidos pelos professores que levaram por diante este projecto.

Para a professora de História da secundária Pedro Nunes Paula Pereira, os resultados não constituiram surpresa. Desta vez conduziu a experiência em duas turmas do 7.º ano nas aulas

de Cidadania e Desenvolvimento, a nova área curricular introduzida este ano. Mas já o tinha feito antes, também sob orientação de Chrysi Rapanta, na disciplina de História com uma turma do 9.º ano. “O que fazemos é ensinar os alunos a refletirem e a fundamentarem os trabalhos que apresentam, desenvolvendo nas aulas técnicas de argumentação e de contra-argumentação. É o que tenho comprovado é que, ao saberem fundamentar melhor, os alunos ficam mais motivados, porque são eles que acabam por construir também o seu conhecimento”, conta Paula Pereira. “É uma ferramenta que pode ser utilizada em todas as disciplinas e que fica para o futuro, tanto no que respeita aos alunos, como aos professores.”

“Ao saberem fundamentar melhor, os alunos ficam mais motivados”

Paula Pereira
Professora de História



Equipa envolvida no projecto de ensino da argumentação